

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 40, DE 2003

Altera a Proposta de Emenda à
Constituição n.º 40 de 2003
acrescentando ao art. 8º o § 5º.

EMENDA N.º _____

(Do Senhor João Pizzolatti e Outros)

Art. 8º ...

§ 5º - Serão mantidos todos os direitos e garantias asseguradas nas disposições constitucionais vigentes à data de publicação desta emenda aos servidores das carreiras diplomáticas, Magistrados, membros do Ministério Público, Militares, anistiados e ex-combatentes, Fiscais Tributários, Previdenciários e do Trabalho, Delegados de Polícia, Procuradores Geral da União, membros da Defensoria e Advocacia Públicas, servidores inativos e pensionistas, dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, observados o disposto no art. 37, XI da C.F.

Justificativa

Busca-se com a presente emenda garantir as funções estatais básicas do Estado para que possa desempenhar perene e sistemático suas ações em benefício da coletividade. As necessidades de interesse público só podem ser satisfeitas se a estrutura básica e essencial do Estado estiver garantida e se os servidores vinculados a essas atividades trabalharem com segurança.

Por oportunidade da Proposta de Emenda Constitucional destinada a Reformar a Previdência Social, faz-se necessário uma profunda discussão sobre o Estado Brasileiro necessário a garantir a preservação, manutenção e prosperidade da nossa Nação. Nesse momento, em que interesses mercadológicos, guiados somente pela ânsia lucrativa do mercado de capitais e em que a soberania dos países em desenvolvimento é aviltada por interesses escusos, devemos refletir sobre quais atividades estatais devem ser preservadas para garantir a independência dos Poderes, a segurança pública, a defesa jurídica e o custeio do Estado, mantendo-se sua auto-suficiência financeira e a independência na prestação da consultoria Legislativa.

Nos últimos anos, verificamos uma diminuição do Estado, motivada, segundo os interessados na ação, a proporcionar uma ação mais eficaz nas áreas em que o Estado deve estar presente.

Atualmente, verificamos que as ações estatais encarregadas de oferecer os direitos constitucionais do cidadão, como saúde, previdência e assistência social, educação, prestação jurisdicional, moradia, alimentação, pioraram em razão de que fatias do Estado foram oferecidas ao setor privado.

Nesse sentido, faz-se necessário resguardar as ações estatais exclusivas, necessárias ao desenvolvimento do Brasil como Nação.

Ressalte-se que o dispositivo foi inserido visando à preservação não do servidor, mas do interesse público coletivo.

Assim, resguardar-se-á setores necessários para a proteção do Estado Brasileiro.

Em seu relatório Final, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES recomendou ao Presidente da República observar o princípio segundo o qual os integrantes das Carreiras Exclusivas de Estado, assim como a Magistratura e o Ministério Público, devem dispor de um regime previdenciário específico, que lhes assegure os direitos à aposentadoria integral, observados os requisitos de idade mínima e tempo de contribuição, e à paridade de reajuste entre ativos e aposentados.

Essa recomendação não desconhece, assim, as peculiaridades dos servidores do Estado que exercem atribuições de grande responsabilidade, que tem como temas de sua alçada de competência questões de Estado e o próprio exercício de funções indelegáveis. Sujeitam-se, por isso, a grandes pressões, de ordem econômica, política, emocional, possuem carga de trabalho acima do normal e acabam renunciando à oportunidades no setor privado, em benefício da sociedade. De fato, impedir que os servidores destas Carreiras tenham garantidas ao término de suas atividades laborativas a certeza de que não sofrerão reduções remuneratórias e a tranquilidade de que poderão cumprir o curso normal de suas funções, pois, ao se aposentarem continuarão sendo tratados como se estivessem na ativa, são medidas que vem em benefício da profissionalização destas Carreiras e contribuem para que a política de recursos humanos do Estado seja desenvolvida em longo prazo, de forma contínua, e não - como ocorre no setor privado - tendo em vista apenas os atrativos do mercado, e as situações de vulnerabilidade que esses atrativos geram.

Proteger as Carreiras Exclusivas de Estado, os magistrados, membros do Ministério Público, fiscais e delegados, tanto quanto se protege os Militares, é não apenas necessário, mas racional, principalmente quando o regime previdenciário a que devem ser submetidos deverá observar critérios de equilíbrio financeiro e atuarial que permitirão, efetivamente, que os benefícios concedidos tenham, no futuro, fonte de custeio suficiente.

Da mesma forma, não se pode conceber que a redução de direitos para atual geração de servidores venha penalizar, justamente, aqueles que sempre foram servidores submetidos ao regime de cargo, e que ingressaram no serviço público tendo, desde sempre, a previsão de uma aposentadoria integral, sem a hipótese prévia de um benefício calculado pela " média " das contribuições vertidas ao regime próprio do servidor, ou ao regime geral do INSS. Esses servidores, que até 1990 eram, no serviço público federal, cerca de 20% do total em atividade, constituem, nos dias de hoje, percentual ainda menor da força de trabalho total - o que permite que não será a sua manutenção como detentores de direitos especiais a causa da falência de qualquer regime previdenciário.

Proteger os direitos desse segmento do funcionalismo público é, em suma, defender o interesse do Estado na preservação de carreiras onde a ação do próprio Estado é mais presente, sem que se esteja, em nenhuma hipótese, defendendo privilégio ou corporativismo, ainda mais quando o próprio Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social reconheceu esta necessidade.

é este o propósito da presente Emenda, para cuja aprovação esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em _____, de 2003

Deputado **JOÃO PIZZOLATTI**